

15º ANIVERSÁRIO DA RAEM

“Poderia esperar-se um choque muito mais violento na sociedade”

O advogado radicado em Macau há 33 anos reconhece que o sector que representa é um dos últimos redutos da portugalidade no território 15 anos após a transferência de soberania. A passagem para a era da RAEM foi “suave”, diz, e surpreendente por não ter havido nenhum choque violento na sociedade que a viveu.

SANDRA LOBO PIMENTEL
SLPIMENTEL.PONTOFINAL@GMAIL.COM

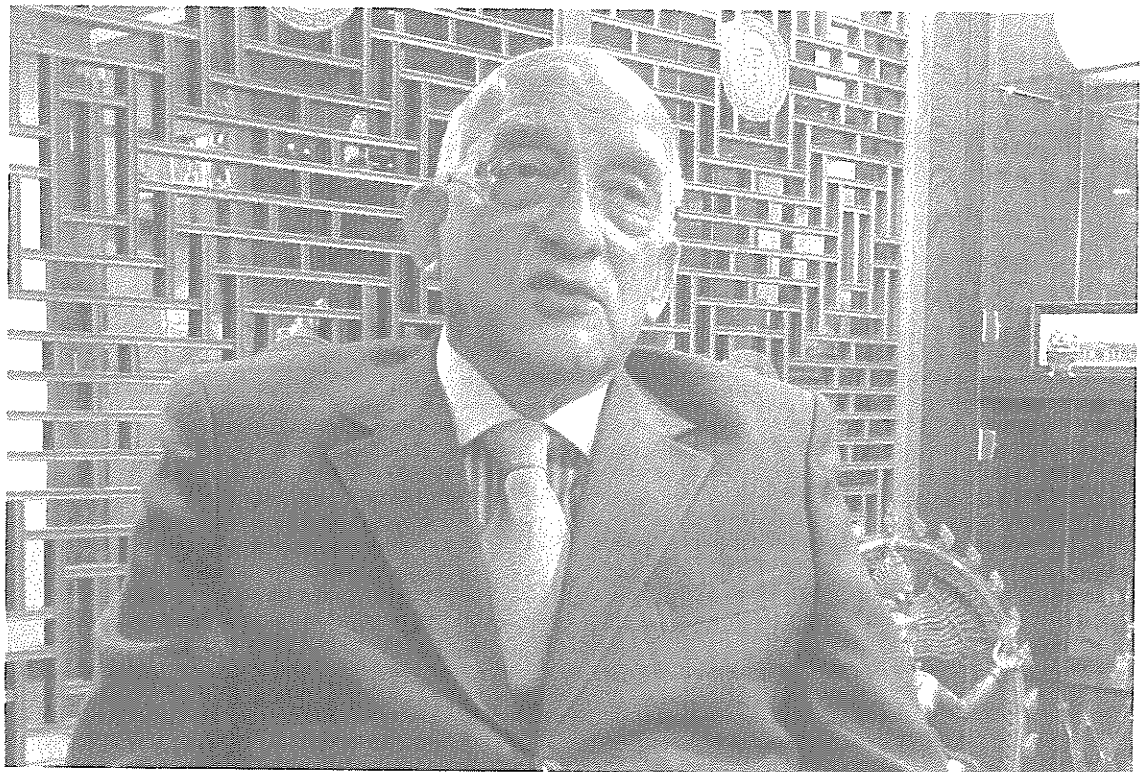
J á passou a meta das três décadas de Macau e, como diz, está quase a atingir tantos anos de RAEM como de administração portuguesa. Sobre os últimos 15 anos, Rui Cunha confessa a necessidade de se ter cuidado com as análises. Na sua opinião, esta “só poderá ser feita com consciência e segurança daqui a uns tempos”.

O advogado acredita que “a história analisada ainda a quente normalmente acaba por ficar afectada por sentimentos, emoções e, dizia até, ventos de ocasião”, mostrando reserva em apontar o que se fez e o que se deveria ter feito.

Ainda assim, não se furta a concluir que “foi uma mudança com bastante sucesso”, e “suave” sem que as perspectivas negativas se tenham concretizado. “Poderia esperar-se um choque muito mais violento na sociedade” e, sublinha, “isso já é meritório”.

Não foi a 21 de Dezembro de 1999 que se notaram as mudanças. Nesse dia, mudou a bandeira, mas a vida continuou como era. Mesmo 15 anos volvidos, acredita que “só mais tarde é que poderemos ver a profundidade da mudança que foi a transferência”, isto porque “aparentemente, ainda estamos sob o efeito dessa mudança”.

Um dos traços que aponta prende-se com a mudança do centro de decisão, que afectou a dinâmica da vida em sociedade. “Saímos de uma situação em que o comando final estava a nove mil quilómetros de distância, para uma sociedade que passou a ter nas suas mãos o seu destino e a obrigação de zelar pelo bem-estar de toda a gente. Passou a ser a responsabilidade desta região



e desta gente”.

No aspecto das leis, “os principais códigos e os pilares da legislação eram todos definidos em Lisboa”, o que “tinha um reflexo” muito próprio. “Aceitava-se e não havia necessidade de grande elaboração ou discussão porque vinha feito. Qualquer mudança tinha que ser reencaminhada. O comboio já vinha em marcha, digamos assim. Desse modo as pessoas não tinham que



O DIREITO DE MACAU DE RAIZ PORTUGUESA “HÁ-DE SOBREVIVER, MAS PARA ISSO É NECESSÁRIO QUE HAJA ESFORÇO NO SENTIDO DE SER PENSADO E USADO EM CHINÊS”.

pensar, nem se expressar ou ir para as ruas”.

Depois da transferência, aos poucos, “deixou de haver o cordão umbilical e temos uma sociedade que ficou com a responsabilidade de se guiar a si mesma”.

Sobre o “fantasma” da República Popular da China e a possível influência que poderia ter no dia-a-dia da região, é partidário de que “ao longo destes 15 anos essa

influência acabou por não ser tão forte que pudesse chocar com aquilo que havia antes”.

ADMINISTRAÇÃO AFFECTADA

Segundo se recorda, a primeira dúvida que se colocou a Macau era se estaria totalmente preparada para esta mudança e nova responsabilidade. “Em alguns sectores notou-se que não

CONTO PELOS DEDOS DAS MÃOS AS PESSOAS QUE PROCURARAM A FUNDAÇÃO NO SENTIDO DE PUBLICAR TRABALHO E PROMOVER A DIFUSÃO", LAMENTA RUI CUNHA.

estávamos. E no sector da Justiça, efectivamente, isso veio a reflectir-se com a formação acelerada de juizes e no Ministério Público".

No entanto, "a maior saída foi no sector da Administração Pública, que levou consigo juristas e pessoas que aplicavam e conheciam as leis. Foi aí que o edifício fraquejou. Tivemos um período em que todos os operadores de direito tinham dificuldades de comunicação com a Administração por não haver ainda pessoal capaz de suprir a falta dos que saíram", relembra.

Verificada a saída dos juizes portugueses, reconhece que "teve algum impacto, mas recompôs-se muito bem". Na sua opinião, "dentro daquilo que seria possível penso que se fez e conseguiu bastante e a justiça conseguiu manter-se, mais ou menos, equilibrada".

Uma das marcas que logrou manter-se nestes 15 anos foi a matriz portuguesa da legislação e Rui Cunha entende que "há-de manter-se por muito tempo enquanto todos se esforçarem por ter um direito de características próprias".

O Direito de Macau de raiz portuguesa "há-de sobreviver, mas para isso é necessário que haja esforço no sentido de ser pensado e usado em chinês". Questionado se o uso da língua chinesa não é já, significativo, o advogado entende que "não é ainda o suficiente" e confessa que essa vertente esteve até na origem das suas preocupações na criação da Fundação Rui Cunha e do Centro de Reflexão, Estudo, e Difusão do Direito de Macau - CRED DM.

"Porque prevejo que se não houver cuidado na reflexão, muito estudo e difusão de um direito que seja especificamente de Macau, e que isso seja feito em língua chinesa, vamos ter muita dificuldade". Se no espaço de dez a 20 anos esse trabalho não estiver a ser feito, "nessa altura a questão poderá passar por eliminar e absorver o Direito da China. Esse perigo existe", alerta, até porque "o sistema jurídico chinês está-se a aperfeiçoar cada vez mais".

O sinal de que o ordenamento jurídico local poder-se-á manter por muitos anos tem vindo, curiosamente, ou não, de Pequim. "A China já definiu, pela atitude que tem tomado com Macau, que pretende manter essa autonomia. Essa posição foi o que mais favoreceu a evolução em todos os sectores e ajudou muito à formação



de toda a sociedade".

Mas avisa que todos os operadores têm que fazer um esforço. "Se decidirem remeter-se à comodidade de se refugiarem nos seus gabinetes a fazerem os seus trabalhos para justificarem a remuneração no final do mês, então tenho dúvidas em relação ao Direito de Macau". O advogado dá exemplos como a falta de publicações, de livros para consulta, elaboração e discussão pública. E foi para dar esse tipo de contributo que criou o CRED DM, mas reconhece que a actividade ainda está aquém daquilo que gostaria.

"Ainda não sinto que os operadores de Direito tenham percebido o que está por detrás da nossa actividade. É preciso chamar à atenção que não existe doutrina nem jurisprudência".

NECESSÁRIO MAIS TRABALHO DOS JURISTAS LOCAIS

Por exemplo, Rui Cunha lamenta

que as actividades que a Fundação e o Centro levam a cabo sejam mais participadas pela comunidade portuguesa, não só jurídica, já que, garante, "não hesitamos em investir na tradução simultânea para que os chineses venham e participem". Até porque, defende, o Direito de Macau deve ser pensado pelos chineses locais e em chinês. "Se não houver este esforço não vamos a lado nenhum".

Passados 15 anos, o sector da justiça, em especial o exercício da advocacia, tem-se mantido quase como um dos últimos redutos da portugalidade do território. A língua portuguesa domina o aspecto da doutrina, e o advogado não tem dúvidas de que "quem não domina o português minimamente tem muita dificuldade em ter sucesso no Direito".

É por esse motivo que louva a iniciativa da Universidade de Macau em abrir um curso bilingue. "Há necessidade dos operadores terem capacidade nas duas línguas para

que se possa evoluir em ambos os sentidos".

A eterna questão do recrutamento de recursos humanos pelos escritórios locais não é alheia a Rui Cunha, que não hesita em afirmar que "a preparação dos juristas formados aqui e em Portugal é diferente".

"Efectivamente, temos que reconhecer, por enquanto, que a formação feita em Portugal por faculdades com centenas de anos, com tradição e com um aparelho montado, torna mais fácil termos um jurista com melhor qualificação e com um sentido mais profundo da análise e da aplicação do Direito". No entanto, sublinha que não pretende "desmerecer a Faculdade [de Direito da Universidade de Macau], à qual presto homenagem pelo esforço que tem feito para formar juristas para Macau, mas é preciso sermos realistas: não têm ainda a qualidade e quantidade que possam accorrer às necessidades do sector".

Por esse motivo, no escritório que

dirige a opção é "pela qualidade", e o advogado sublinha que se trata "apenas de uma continuação do que já se fazia". Ainda assim, aposta no "aproveitamento de juristas locais", isto porque, como é natural, "há necessidade de ter juristas que falam chinês para terem contacto com a população".

"Actualmente, predomina o uso da língua chinesa nas sentenças e a população cresceu essa consciência de que é essa a sua língua". Não vê isso como uma exigência pós-transferência ou um esforço de afirmação, mas sim com naturalidade e como "uma consequência natural das circunstâncias em que vivemos". Não deixa de ser mais uma consequência da transferência de soberania e, nesta altura, entende que "devemos seguir aquilo que a sociedade no seu todo exige", e, fazendo parte da mesma, "necessitamos criar esse canal de comunicação".

O modo de trabalhar não foi alterado, apesar destas mudanças. "Não mudámos. E os locais que se juntam a nós entram nessa linha e nesse modo de funcionar. Temos agora quase uma dúzia de estagiários, quase todos de origem local, e fazemos as mesmas exigências".

Sobre o espaço que ainda existe para os advogados portugueses exercerem em Macau, Rui Cunha crê que "ainda há", mas deixa uma observação relativamente ao protocolo que existiu com a Ordem dos Advogados portuguesa: "seria menos útil ao Direito de Macau ou à sociedade que viessem muitos juristas de fora". E não só de Portugal, mas também das ex-colónias com sistemas jurídicos semelhantes. "Não é salutar".

A qualidade de quem vem tem o seu peso, e neste particular, o advogado aponta o dedo aos formados localmente que, "se fizessem um esforço mais sério para serem melhores, não haveria nenhum perigo ou problema de virem mais juristas".

A "passividade" que identifica, diz, é proveniente do bem-estar em que Macau passou a viver. "É fácil ganhar dinheiro, uma pessoa acomoda-se. Para quê estudar mais, aperfeiçoar? Acaba-se o curso, abre-se um escritório e ganha-se o suficiente", lamenta.

Mais uma vez, o trabalho da Fundação com o seu nome é a prova dessa inércia. "Conto pelos dedos das mãos as pessoas que procuraram a Fundação no sentido de publicar trabalho e promover a difusão", lamenta.

Outra das dificuldades pode estar no sistema de ensino local, mais baseado numa lógica de memorização do que de compreensão. "Em Direito não chega saber o código ou as leis. É preciso usar o raciocínio para aplicar o dispositivo legal aos casos práticos".